

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/2/2019

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Andreia de Jesus, Leninha e Ana Paula Siqueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 320/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas voltadas para a autonomia financeira e empregabilidade da mulher em situação de violência doméstica e familiar;

nº 386/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma trabalhista na vida das mulheres;

nº 387/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma previdenciária na vida das mulheres;

nº 388/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher, o Idoso e o Adolescente, no Município de Ribeirão das Neves, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 456/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Kíria Silva Orlandi, delegada titular da Delegacia de Mulheres de Diamantina, pelo excelente trabalho em defesa dos direitos da mulher e pelo desenvolvimento do Sistema Penha, reconhecido pelo Senado Federal como instrumento de combate à violência contra a mulher;

nº 457/2019, da deputada Andreia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, especificando como está a organização do governo para a

implementação do plano, como será feita a articulação intersetorial para o cumprimento da agenda e quais os responsáveis por cada área;

nº 458/2019, da deputada Andreia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da continuidade da execução das políticas para as mulheres, considerando a reforma administrativa proposta pelo governador no Projeto de Lei nº 367/2019;

nº 459/2019, da deputada Andreia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da execução dos serviços públicos prestados pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, especificando como está ocorrendo a organização da estrutura de funcionamento dos serviços, quais projetos serão executados, quais as equipes disponíveis para o atendimento na capital e no interior e qual a possibilidade de ampliação da capacidade de atendimento;

nº 460/2019, da deputada Andreia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Sabinópolis pedido de informações acerca de como é feito o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica no município;

nº 461/2019, da deputada Andreia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações acerca de como é feito o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Sabinópolis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2019.

Marília Campos, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 12/3/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre resposta a solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 9/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.152, que estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas das redes pública e privada de ensino no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 498/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 1.001/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.576 e 1.577/2015, do deputado João Leite; 1.840/2015, da deputada Rosângela Reis; 2.013/2015, do deputado Elismar Prado; 2.123/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.873/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.923/2015, do deputado Douglas Melo; 3.306/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.700/2016, do deputado Léo Portela; 4.875/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 5.179/2018, da deputada Ione Pinheiro; e 46/2019, da deputada Ana Paula Siqueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.370/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 270 e 304/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 357 e 422/2019, do deputado João Magalhães; 430/2019, do deputado Gustavo Valadares; 431/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 432 e 433/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 123/2019, do deputado Elismar Prado; 156/2019, da deputada Delegada Sheila; 161/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 162 e 163/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 165/2019, da deputada Delegada Sheila; 170 e 171/2019, da deputada Ione Pinheiro; 173/2019, do deputado João Vítor Xavier; e 192 a 195 e 198/2019, do deputado Bruno Engler.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a dar continuidade aos debates acerca do rompimento de uma das barragens da Mina do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 66/2019, do deputado Sargento Rodrigues; e 118, 183 e 184/2019, da deputada Beatriz Cerqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 158/2019, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 159/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.076/2018, do deputado Cristiano Silveira, e 5.487/2018, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 168/2019, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 164/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.247/2017, do deputado Léo Portela, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de março de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos, Fernando Pacheco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de março de 2019.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nº 123/2019, do deputado Elismar Prado; 156 e 165/2019, da deputada Delegada Sheila; 161/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 162 e 163/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 170 e 171/2019, da deputada Ione Pinheiro; 173/2019, do deputado João Vítor Xavier; 192 a 195 e 198/2019, do deputado Bruno Engler, de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andreia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o fechamento de localidades e agências utilizadas pelos eletricitários da Cemig como postos de trabalho, quando são deslocados para realizar reparos e manutenção em redes elétricas nos municípios do interior do Estado, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2019.

Leninha, presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pela realização da força-tarefa de resgate às vítimas do rompimento da barragem na Mina do Córrego do Feijão, pertencente à Vale, no Município de Brumadinho (Requerimento nº 13/2019, do deputado Gustavo Mitre);

de congratulações com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pela realização da força-tarefa de resgate às vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, pertencente à Vale, no Município de Brumadinho (Requerimento nº 14/2019, do deputado Gustavo Mitre);

de congratulações com o Exército Brasileiro pela efetiva participação na busca de sobreviventes na tragédia de rompimento da barragem na Mina do Córrego do Feijão, pertencente à Vale, no Município de Brumadinho (Requerimento nº 15/2019, do deputado Gustavo Mitre);

de congratulações com a Maj. BM Karla Lessa Alvarenga Leal pela competência na operação de resgate em Brumadinho (Requerimento nº 17/2019, do deputado Charles Santos);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona pelo louvável atendimento a uma vítima de afogamento no dia 9/1/2019, no Rio Itapecerica, no Município de Divinópolis (Requerimento nº 18/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que menciona por terem denunciado tentativa de suborno durante abordagem no dia 29/10/2018, na região do Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte (Requerimento nº 19/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Sgt. PM Janaína Monteiro pelo relevante trabalho prestado na Polícia Militar de Minas Gerais, especialmente na 136ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar, e pela dedicação de suas horas vagas à comunidade onde atua como instrutora do Proerd (Requerimento nº 20/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela operação realizada em 28/1/2019, na BR-040, km 172, no Município de João Pinheiro, que resultou na apreensão de 110 tabletas de maconha, na prisão de dois envolvidos e na recuperação de veículo objeto de roubo ocorrido em Uberlândia, em 11/10/2018 (Requerimento nº 21/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Defesa Civil pela imediata atuação no resgate das vítimas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, evitando a ocorrência de danos ainda maiores à comunidade atingida (Requerimento nº 22/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 84/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 86/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 87/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 88/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 89/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 90/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com Exército de Israel pela ajuda humanitária na busca das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 91/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Sr. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, pela inestimável demonstração de afeto ao povo brasileiro, em especial aos mineiros, no envio de ajuda humanitária prontamente oferecida pelo Estado de Israel na busca das vítimas da tragédia do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, na cidade Brumadinho (Requerimento nº 93/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o embaixador de Israel no Brasil pela ajuda humanitária prontamente oferecida pelo Estado de Israel na busca das vítimas da tragédia do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 95/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com a Força Nacional pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 96/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com o Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina pela contribuição no resgate das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Requerimento nº 97/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com os policiais militares que menciona pelo empenho em ocorrência de roubo no dia 5/12/2018, em Barbacena, ocasião em que os policiais militares, além de libertarem as vítimas, realizaram a prisão dos envolvidos e recuperaram os materiais subtraídos (Requerimento nº 105/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Itajubá pelo 200º aniversário desse município (Requerimento nº 157/2019, da Comissão de Assuntos Municipais).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/2/2019

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que acompanha a TV Assembleia, depois de um fevereiro intenso, com a formação dos blocos, com a composição das presidências, das vice-presidências, dos membros de comissões permanentes da Assembleia, com o esforço concentrado para a votação do projeto das barragens, da proposta de emenda constitucional da transparência e do controle social, tenho agora a oportunidade, pela primeira vez nesta legislatura – a 19ª Legislatura –, de subir a esta tribuna para tentar aqui, em poucos minutos, fazer algumas reflexões sobre os desafios que nos esperam, a todos nós, deputadas e deputados desta legislatura.

Em primeiro lugar, reconhecemos que houve um nível relevante de renovação. Então, é muito importante para todos nós que já estávamos aqui ter essa sensibilidade e abertura para o aprendizado. São novas deputadas e novos deputados com trajetórias distintas, de partidos distintos, com uma elevada representação partidária nesta Casa, o que os cientistas políticos chamam de uma fragmentação partidária. Mas eu tenho certeza de que essa conjunção de trajetórias, de experiências será importante para o resultado final da produção legislativa – produção legislativa no momento em que a política enfrenta desafios no mundo inteiro. Há de se reconhecer que, não só no Brasil, mas também na Europa e em outros continentes, há uma crise da representação, há uma crise dos partidos políticos, há uma crise da democracia, há uma crise de modelos, seja o socialismo real, seja a velha social-democracia europeia do *welfare state*, seja o neoliberalismo, que não foi o último capítulo da história. O mundo está por construir a superação das desigualdades, da violência, do arbítrio, da miséria em muitos países e continentes. Portanto, a interrogação também existencial da humanidade extrapola fronteiras, ela vai além do nosso país.

Então, nós temos de ter essa consciência, porque aqui estamos no Parlamento, no Estado talvez mais politicamente importante do País, que tem uma economia poderosa no cenário nacional, além das tradições e valores culturais, históricos, simbólicos, tão bem relatados aqui no pronunciamento do nosso deputado Virgílio Guimarães, já na sua estreia da tribuna, a respeito da história de Minas. Então, este Parlamento tem uma responsabilidade, e uma responsabilidade com uma agenda muito importante. Nós já começamos a enfrentar essa agenda, infelizmente, sob a égide de um crime, o crime de Brumadinho, o que nos obrigou, como disse, a concentrar esforços para aprovar uma legislação mais dura, mais rigorosa, buscando um consenso que não ocorreu no final do ano passado.

Porém, a nossa ação não se esgota nesse projeto. Nós temos evidentemente apuração sob as várias formas e propostas aqui já apresentadas, aqui e no Congresso Nacional. Nós temos a necessidade também da reparação daquilo que pode ser reparado pela empresa que cometeu o crime – a situação das famílias, dos moradores de Brumadinho e adjacências – e também de avançarmos na legislação ambiental na questão dessa área, o chamado Sinclinal Moeda. Temos de aprovar uma legislação que busque uma maior racionalidade na compatibilização das diversas atividades econômicas desenvolvidas no Sinclinal Moeda, que vai dessa região do Barreiro, Brumadinho, Ibirité, Sarzedo até a região de Conselheiro Lafaiete. Infelizmente, essa dificuldade de entendimento nessas matérias...

Eu mesmo sou autor de um projeto de lei, resultante de uma comissão especial, que tramita desde 2011 na Assembleia. Agora, nós temos de concentrar esforços para aprovar uma legislação que busque também o vetor de desenvolvimento econômico diversificado para essa região – região que tem recursos hídricos, que tem o turismo, que tem a biodiversidade, que tem outras potencialidades, além da própria atividade minerária.

Mas, além dessa agenda decorrente, principalmente, desse crime de Brumadinho, nós já estamos com a reforma administrativa do governo Zema aqui, na Assembleia. Vou repetir, como líder do bloco de oposição – aproveito para agradecer aos deputados e às deputadas que integram os partidos do Bloco Democracia e Luta a confiança ao me destinarem essa honrosa tarefa – a nossa posição, que expressa também a nossa prática nesta Assembleia, já há alguns anos. É absolutamente legítimo que o governo que ganha as eleições, como ocorreu com o governador Zema, apresente a sua proposta de adequação administrativa, porque isso faz parte da cultura da política pública brasileira. Talvez isso nem seja tão positivo assim, mas faz parte. É legítimo que o governante apresente a sua proposta. Essa proposta merecerá – e já está merecendo de nós – todo o cuidado na análise. Cuidado que não se prende apenas a questões técnicas, mas também à escuta democrática dos movimentos sociais, dos servidores, dos conselhos de políticas públicas. Na análise de uma reforma administrativa – e tenho dito isso –, é evidente que a economia é um peso importante, o recurso economizado, principalmente num ambiente de crise fiscal. Nessa balança, de um lado, há a economia; do outro, temos de olhar o impacto na prestação do serviço público, exatamente dirigido à população pobre, à população que mais precisa, que precisa do SUS, que precisa da assistência social, que precisa da segurança pública e da educação. Então, é nessa relação custo-benefício entre economia de um lado e prestação de serviço público do outro que o nosso bloco vai se posicionar, com maturidade. Quanto a isso, algumas questões já são, no mínimo, polêmicas.

Concordo com a deputada Marília; reitero as suas palavras. Participei, ontem, da audiência pública que discutiu a extinção da Escola de Saúde Pública, a sua transformação em subsecretaria. A Escola de Saúde Pública tem mais de 70 anos, com cerca de duzentas a trezentas pessoas capacitadas, bem informadas, agentes que estão a serviço do Sistema Único de Saúde – SUS – em todo o Estado, nos 853 municípios mineiros. Ela tem toda uma tradição de formação não só de servidores, mas também de conselheiros. Ontem, foi demonstrado, na audiência pública, que a extinção não vai gerar economia. Então, há também uma dimensão simbólica. Extinguir a Escola de Saúde Pública é extinguir a maior instituição formadora dos quadros do Sistema Único de Saúde do Brasil. Então, no nosso entendimento, essa é uma proposta que deve ser retirada. Não é nenhuma vergonha voltar atrás nessa questão.

Eu era líder do bloco quando o nosso governo Fernando Pimentel recuou na proposta de fusão e extinção da Fucam e da Utramig, depois de um amplo debate. Então considero que a extinção da Escola de Saúde Pública é um equívoco e considero também que o enxugamento de estruturas gera economia, mas temos que calcular bem até que ponto esse enxugamento não vai prejudicar, por exemplo, na área da cultura, o pleno funcionamento do sistema estadual de cultura, do Plano Estadual de Cultura, os seus objetivos. A Assembleia Legislativa desenvolveu um belíssimo trabalho na construção da política pública de cultura. Da forma como está colocado na fusão da cultura com o turismo – e aqui estou discutindo como ficaria a estrutura para a cultura –, é irrealizável o Plano Estadual de Cultura.

Na assistência social, da forma como estão na proposta do governo Zema, as diretorias regionais seriam estabelecidas por decreto. Acho que a Assembleia é o órgão legislador. No caso da saúde e da educação, mantêm-se as superintendências. No caso da assistência social, não se prevê a existência das diretorias regionais – hoje são 22 –, que prestam assessoria aos municípios. A proposta remete a decreto a criação dessas diretorias regionais.

Então, já existem pontos a serem abordados, mas vou repetir a posição do bloco, que tem discutido isso. O deputado Virgílio, a quem vou conceder um aparte, tem feito essas observações. É legítimo que o governo apresente essa proposta. Teremos de aprofundar esse debate para que o serviço público não seja prejudicado. Concluo essa primeira fase para conceder um aparte ao deputado Virgílio. Não podemos iludir a população com economias, talvez até importantes, mas que não vão equacionar a crise fiscal do Estado, pois ela tem raízes estruturais e tem a ver com a relação federativa com a União. E nessa relação federativa, a rediscussão da Lei Kandir é muito importante.

Com todo o respeito que o governador merece, a meu ver, parece um equívoco, por um lado, valorizar a extinção de medalhas e, por outro, não exigir que o governo federal repasse os R\$135.000.000,00 que deve a Minas Gerais. Não vamos resolver o problema fiscal de Minas Gerais extinguindo comendas. Acho até que algumas devem ser extintas, sim, mas não podemos fazer crer, aos olhos da população, que será tirando o quadro do ex-governador ou extinguindo medalhas e ficando omissos ou calados em relação ao governo federal naquilo que é devido ao Estado, no caso, os recursos resultantes da desoneração do ICMS nas exportações, que iremos enfrentar a crise fiscal.

Acho que é esse debate que devemos fazer, e essa agenda é importante. Os municípios estavam aí, ontem, cobrando, com razão, seja o débito do passado, seja o do presente. Então esta é uma agenda que a Assembleia vai ter que enfrentar: a relação federativa é a relação de Minas com o governo federal.

Concedo, com prazer, um aparte ao nosso grande e exemplar deputado constituinte Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Obrigado, André. Agradeço as suas palavras, as suas observações e concordo essencialmente com o seu pronunciamento, podendo haver alguma divergência pontual. Queria focar na questão da Escola de Saúde Pública, abordada por V. Exa. Tenho sempre batido na tecla de que o modelo escolhido para o Brasil para a organização do Estado é o modelo flexível de acordo com os objetivos de cada governo. E mais do que isso: de acordo com os quadros disponíveis de cada governo. Esse é o modelo. Por isso a Dilma, sucessora do Lula, fez a sua reforma administrativa. A mesma situação ocorre com a reforma. Isso aconteceu na Prefeitura de Belo Horizonte. É natural. Por isso a minha postura em princípio favorável a que o governo Zema faça as adaptações adequadas aos seus objetivos de governo e à equipe disponível.

Mas eu não poderia deixar de acentuar o porquê profundo de achar que isso não se aplica à questão da Escola de Saúde. Não se trata apenas de economizar. Economizar recursos para aplicar em quê? O Estado não economiza para devolver para o contribuinte, mas para deixar de gastar com uma coisa e gastar com outra. E o que seria essa economia aplicada? Normalmente serviços que implicam principalmente em pessoal. Então o foco não pode ser apenas na economia.

Queria chamar a atenção, deputado André Quintão, pelo fato de que a escola tem que ter uma certa autonomia. Toda escola precisa disso, não apenas a escola de saúde. Lá não é um centro de treinamento de pessoal. É uma escola de formação em saúde pública. Portanto, ela tem que ter autonomia, sim, não como uma universidade, mas todas as escolas têm o seu grau de autonomia. Isso é importante do ponto de vista conceitual da educação. Portanto, é uma obrigação adequada. Se houver algum gasto suntuário, absurdo, que seja corrigido, que seja fiscalizado. Mas o conceito da escola não pode ser o conceito de atrelamento ao cotidiano, às demandas objetivas de cada órgão público. A escola tem algo de autônomo. Como ela é de saúde pública do Estado, ela se vincula aos objetivos de programas públicos, mas a escola é perene. Ela não se adequa à ideia de adaptação fortuita do ponto de vista de cada governo. Concordo plenamente com o que se refere à questão da escola de saúde pública.

O deputado André Quintão* – Deputado, peço apenas 30 segundos para concluir a minha exposição. E, por fim, com certeza a Assembleia vai discutir temas nacionais como, por exemplo, um tema central hoje, que é a reforma da Previdência, e também os retrocessos sociais, a defesa da democracia.

Agora gostaria de fazer aqui quase que uma expressão de desejo e de vontade: que esse debate fosse feito democraticamente. Não podemos inviabilizar o funcionamento regular da Assembleia, seja nas comissões, seja no Plenário, em função de posições políticas diferenciadas. Faz parte da natureza da democracia a divergência de pensamento, de correntes de opinião, de partidos diferentes. Todos que aqui estão chegaram pelo voto. Então, acho muito importante que essa diversidade, hoje, tão presente na Assembleia, seja um ativo democrático e não um elemento de paralisação e inviabilização do funcionamento, principalmente das comissões permanentes da Casa. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Marquinho Lemos* – Cumprimento o Sr. presidente, as senhoras colegas deputadas, os colegas deputados e os senhores e as senhoras que nos acompanham da galeria e nos assistem também da TV Assembleia. Primeiramente, boa tarde a todos. Estou vindo aqui hoje pela primeira vez e, neste momento, quero dizer a todos do meu orgulho, da minha satisfação e também da minha alegria de estar aqui hoje representando os mineiros e as mineiras e também a minha região na Assembleia.

Quero iniciar a minha fala agradecendo aos mais de 41.000 eleitores, aos que possibilitaram a minha eleição, e também a todos aqueles que torceram e contribuíram de alguma forma para minha vinda a esta Casa Legislativa, que é a casa de todos os mineiros e todas as mineiras. E aqui, muito mais do que um calouro, um novato nesta Casa, sou e serei um aluno, um aprendiz sempre atento ao regimento e pronto para seguir as boas práticas. Trago para esta Casa, e espero que sirva de contribuição para as discussões e aprovações de projetos de lei, a minha experiência como prefeito por três mandatos de uma pequena cidade, lá no Vale do Jequitinhonha, minha Carbonita, cidade que tanto amo.

Conheço muito bem as dificuldades, a falta de recursos, as grandes e as pequenas demandas da população, mas também reconheço os esforços, a dedicação e, principalmente, o compromisso e o desejo da maioria dos prefeitos de ver suas administrações atendendo aos anseios dos moradores e de serem reconhecidos como bons gestores.

Se aqui, nesta Casa, cada um de nós, ao tomar posse, já faz planos de como atuar e ser o deputado que atenda às expectativas dos seus eleitores, temos de lembrar que lá no interior, em cada município, tem um prefeito e vereadores que também têm o desejo de cumprir bem os seus mandatos. Estou falando isso não por oportunismo ou para ficar bem com prefeitos e vereadores, mas por conhecimento de causa e por reconhecer o trabalho de quem está na base todos os dias.

É importante lembrar que ter uma vida somente é possível se a população tiver acesso à infraestrutura e a serviços públicos básicos no local onde mora.

Por isso precisamos estar atentos às demandas da base, sendo que a mais imediata do momento é a volta dos repasses aos municípios, o que pertence a eles. Esse é um compromisso do nosso mandato, principalmente agora que estou compondo, como vice-presidente, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, cuja presidente é a deputada Rosângela Reis. Junto aos demais colegas, traremos temas pertinentes aos municípios e a Minas Gerais para os debates nessa comissão. Trago também como contribuição para o trabalho nesta Casa Legislativa minha experiência junto aos movimentos sociais e às associações da minha região, o Vale do Jequitinhonha.

Tive a honra de presidir a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha – Amaje – por vários mandatos. Mas, em 2004, colaborei na elaboração de projeto de desenvolvimento do território do Alto Jequitinhonha, formado por 24 municípios. Foram meses e meses de estudos, levantamentos de potencialidades, definição de valores a serem aplicados. Infelizmente, quase 15 anos depois, muito pouco foi, de fato, implementado.

Por isso quero aqui expressar um desejo que tenho certeza de que é de todos nós, do Jequitinhonha, e, quem sabe, de outras tantas regiões de Minas. Não aguentamos mais ouvir de governos que elaborarão um plano ou projeto para o Jequitinhonha. O Jequitinhonha tem projetos e propostas para o seu desenvolvimento desde os tempos de D. Pedro II. O que mais queremos e esperamos do governo Zema, se novo de verdade, é que coloque em prática alguns dos vários projetos já desenvolvidos. Aqui, em minhas mãos, há um projeto de desenvolvimento do Alto Jequitinhonha, que passarei ao governo na esperança de que seja analisado e implantado. Se trago o Jequitinhonha no meu DNA, tenho aqui que declarar a minha gratidão e a responsabilidade com outras regiões onde também recebi grande apoio, tendo votação expressiva, como Leste, Vertente do Caparaó, Zona da Mata e boa parte do Norte. Se tenho o dever e a obrigação de atuar como deputado de toda Minas Gerais, maior deverá ser a minha dedicação a essas regiões tão especiais para a minha eleição.

Quero também aproveitar este espaço para prestar minha solidariedade a todos os atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Nesta semana, ao completar, na última sexta-feira, um mês desse crime, demos uma demonstração de compromisso com os mineiros e as mineiras ao aprovar o Projeto de Lei nº 3.676, que endurece as regras para as barragens em Minas. Precisamos seguir lutando para que os culpados sejam condenados. A ganância e a irresponsabilidade não podem continuar matando a nossa gente.

Saibam, caros colegas, que é com muita emoção e orgulho que me dirijo a vocês. Emoção por alcançar um dos mais altos degraus a que um político almeja e por exercer o nobre papel de representar, como deputado estadual, uma grande parcela da sociedade e de regiões do nosso estado. Orgulho de poder dar voz àqueles e àquelas que mais precisam e estão vendo a cada dia seus direitos ser retirados e o que foi conquistado com muita luta sendo colocado à parte por esses governos.

A desculpa é sempre a mesma: solucionar a crise financeira. Todas as vezes que falam em contenção de despesas e redução de gastos, a primeira iniciativa é a de cortar ou mexer naquilo que atende aos mais pobres. Reafirmo que não aceitaremos que o peso da crise econômica seja colocado nas costas da população mais carente. Estarei aqui na luta, somando esforços com os demais companheiros de bancada em defesa dos direitos do povo brasileiro. Os trabalhadores e trabalhadoras de Minas e do Brasil não podem ser penalizados.

Por fim, agradeço a todos e a todas. Espero ajudar com os debates nesta Casa, que conta com opiniões tão diversas, o que é normal e importante para o trabalho do Legislativo. Estarei sempre aberto para ouvir e dialogar, sempre tomando decisões de forma coerente com os princípios que norteiam toda a minha caminhada política. Meu lado sempre foi e sempre será o do povo, pela justiça e por uma vida digna para todos.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Obrigado, deputado Marquinho Lemos. Queria saudar com muita ênfase o discurso que apresenta à Casa e ao Estado, de maneira mais ampla. Vários segmentos da sociedade mineira já conhecem muito bem a região, como eu conheço. Neste momento de apresentação da sua pessoa, da sua trajetória, nesta tribuna, quero ser também um dos que abona suas palavras, por saber que você é uma liderança local, mas sempre com dimensão regional, estadual e nacional. Você, na condição de prefeito de Carbonita, sempre teve uma ação muito mais geral, junto ao partido, junto aos fóruns de prefeitos. Em todo momento, sem perder seus vínculos fortes de responsabilidade com a população de seu município e região, sempre teve um papel e uma atuação muito mais geral no Vale do Jequitinhonha, em todas as questões cruciais do nosso estado e do País.

Portanto, dando continuidade a essa trajetória, tenho certeza de que seu mandato nesta Assembleia não será diferente. Manterá o vínculo que tem, com sua aldeia, com sua região, com seu Estado, sempre de olhos postos no futuro e na grandeza do povo brasileiro.

O deputado Marquinho Lemos* – Obrigado, deputado Virgílio. Espero receber muitas orientações de sua parte. Concedo aparte também ao colega e deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Deputado e amigo Marquinho. Há poucos dias, eu estava na internet. Você sabe da amizade que tenho por você, dos meus filhos com seus filhos. O Facebook estava lembrando um momento que passamos juntos, em minha cidade, há poucos anos.

Marquinho, você não sabe a minha felicidade de ver você nesta tribuna. É felicidade imensa. Penso na emoção que você deve estar sentindo neste primeiro discurso. Eu me senti assim, há quatro anos, representando a nossa aldeia, o nosso pedaço de chão, essa parte mais importante do mundo. Você descerá dessa tribuna, após fazer seu primeiro discurso, um outro deputado do Vale do Jequitinhonha. Parafraseando alguém muito importante em nossa vida, diria que nunca na história deste país a Assembleia Legislativa teve dois deputados natos do Vale do Jequitinhonha. Era um, agora, com sua presença, temos mais um. Essa é uma força imensa que se soma.

Espero que possamos colocar nesta Casa todos os estudos de desenvolvimento que o Vale do Jequitinhonha recebeu de todos os governos, inclusive do nosso passado. Já estamos coletando isso, Marquinho. Foi feito um belo estudo, além de livros bonitos. Foi gasto dinheiro para fazer um estudo de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Todo governo faz isso.

Todo governo faz isso, mas em efetividade e transformações precisamos muito avançar. O povo do Vale do Jequitinhonha não precisa que o estudem. O povo está cansado de ser estudado. Sempre dizia, Marquinhos, que nossa região é usada, em muitos momentos, para doutores e mestres fazerem seus estudos. E muitos deles não voltam lá nem para mostrarem a tese de mestrado ou doutorado ao povo. O povo do Vale está cansado de ser estudado. Nós queremos é estudar! Parabéns! É muita alegria ver você aí, meu companheiro.

O deputado Marquinho Lemos* – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Pode ter certeza de que você é um exemplo em que quero me espelhar. Quero seguir sua caminhada e obter o mesmo sucesso que você obteve no primeiro mandato. Agora você já está indo para o segundo. Conto com isso. Conto com seu apoio, com sua orientação, sempre trocando ideias, até mesmo em virtude do conhecimento que temos da região. Como você já falou, nós dois somos os primeiros deputados e políticos da região que fizeram carreira e caminhada política. Já houve grandes políticos na nossa região, filhos do Jequitinhonha, mas que não iniciaram e não fizeram sua trajetória política a partir do Jequitinhonha. É diferente da gente, que iniciou a caminhada no Jequitinhonha, lá na base, junto com os companheiros e com a nossa realidade política. Você, como vereador em Itaobim, e eu, como prefeito em Carbonita. Então registro minha alegria de estar aqui, em sua companhia, na companhia de um deputado com a sua experiência. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, primeiramente gostaria de parabenizá-lo, com muita verdade, pela condução dos trabalhos. Lembro quando o senhor falou que exerceria esse cargo com imparcialidade, e estou vendo essa condução assim. Parabéns!

Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas presentes, o público que nos acompanha aqui e os telespectadores da TV Assembleia. Muito obrigado por acompanharem os nossos trabalhos. É de fundamental importância que vocês acompanhem sempre. Quero cumprimentar também os servidores da comunicação e da polícia legislativa desta Casa.

Sr. Presidente, queria, primeiramente, falar sobre a audiência de ontem. A deputada Marília Campos fez comentários aqui. O André Quintão também fez comentários aqui sobre a audiência que fizemos ontem, na Comissão de Saúde, audiência esta solicitada por mim, graças à provocação dos servidores da Escola de Saúde Pública. Foi uma audiência muito produtiva. Gostaria de parabenizar você, Guilherme, que esteve lá como vice-líder e relator do projeto, ouvindo as pessoas, dialogando com as pessoas. Não há nada mais salutar do que isso, do que ouvir as pessoas. As nossas conduções mudam muitas vezes, quando escutamos quem realmente vive o problema. Parabéns!

Gostaria de parabenizar o governo, que mandou dois representantes: o Bernardo e a Kênnya. O Bernardo é o secretário adjunto de Saúde, e a Kênnya é da Seplag. Eles souberam também ouvir.

Isso deixa a gente feliz. Volto a afirmar que não entendam, deste deputado, que a gente solicita a audiência e que a gente está nessa participação simplesmente por ser contra. Diria a você que, de início, ouço muito as pessoas. E esta é a verdadeira fórmula do diálogo: saber ouvir. Às vezes isso é mais importante do que saber falar.

O meu primeiro contato com a escola não foi porque fui lá, mas porque ela veio até mim. Eu nem era deputado na época. Como profissional de saúde, conheci a escola fazendo atuações no interior. A primeira escola de saúde pública, Virgílio, deste país, das instituições que têm autonomia no governo, é a segunda que menos gasta. Não gosto dessa palavra “gasto”. É a segunda que menos tem investimentos. Noventa e nove por cento dos servidores da instituição são efetivos e fazem um trabalho bonito. Ontem terminei a minha fala – e é com muita verdade e sinceridade, Guilherme, que falo isso, pois naquele momento você não pôde estar lá, por outras razões aqui da Casa, mas deixou o seu pessoal acompanhando – dizendo que o governo não perguntasse o que fará da Escola de Saúde Pública. Era para ele esperar e ver o que a Escola de Saúde Pública fará dos seus servidores do Estado. Ela pode ajudar na gestão. Um servidor bem preparado pode ajudar na gestão do Estado. Um servidor bem preparado pode diminuir o tempo de internação de um paciente, trazendo economia para o Estado. Um servidor bem preparado pode humanizar, cada vez mais, o atendimento à saúde. Eu diria até que eles saíram de lá ontem quase convencidos. É nessa luta que espero você, também, Guilherme. Chamo você e todos os deputados, independentemente de sigla partidária, para somarmos esforços, forças, para que façamos o oposto: que possamos empoderar cada vez mais a escola e outras instituições, como a Fundação João Pinheiro, que pode ajudar tanto na formação de gestores, de profissionais, de servidores do Estado. Essa é a verdadeira economia a meu ver.

Ao falar de escola, quero tratar de outro assunto, Sr. Presidente, das escolas do nosso país, das escolas de Minas Gerais. E, mais especificamente, já que o lugar mais importante do mundo é a nossa aldeia, quero tratar das escolas do Mucuri e do Jequitinhonha. Por que quero tratar da questão dessas escolas? Porque esta semana todos fomos surpreendidos com uma fala, com um “engano” do ministro da Educação. É algo que ele chama de engano. Na verdade, não pediu desculpas. Disse que foi um engano. Disparou, deputada Marília, *e-mails* para as secretarias, parece-me que chegou até as escolas, solicitando, em algumas situações, colocando até *slogan* de campanha no *e-mail*, que filmassem, fizessem vídeos para ver nossas crianças cantando o Hino Nacional. Primeiramente, quero dizer que o hino é um patrimônio nosso, do povo brasileiro, não é da esquerda ou da direita. Quero deixar muito bem claro isso.

Adentro muitas escolas, deputada Andréia. Faço isso com muita frequência. Fiquei pensando numa escola de Taguaral, uma comunidade de Itinga, onde o telhado está sendo suportado por eucalipto. Temos lá escoras de eucalipto segurando o telhado para não cair nas crianças. Vi um vídeo de uma jovem lá de Taguaral questionando e pedindo ajuda em relação a isso. Temos estudantes na comunidade de São Pedro, na cidade de Jequitinhonha...

Vi um vídeo há pouco tempo em que eles pediam uma balsa decente – não uma ponte – porque o rio estava assoreado, para poderem atravessar, terem o direito de ir e vir. Vi escola na comunidade do Bairro Canoeiro, na cidade de Araçuaí, onde não havia muro – lembramos daquela música que dizia “não tinha muro, não tinha nada”. Vi escolas na comunidade de Americaninha, há um tempo, em que as pessoas tinham de se abaixar para entrar na sala de aula; havia computadores que molhavam quando chovia, e as crianças não podiam usá-los. Vi escolas sendo interditadas. Aqui não quero, deputado Virgílio – e sei que você trata muito bem disso também –, dizer como alguns: “Ah! As escolas estão nessa situação por causa desse governo aí”. Não! Não quero dizer isso e não vou ser hipócrita, porque o governo começou agora, e não podemos dizer que ele é o culpado pelas escolas estarem assim. Mas nós tivemos um tempo, é verdade, em que houve evolução na educação, com criação de universidades neste país, criação de institutos federais neste país. O que nós temos visto nos últimos dois anos é a diminuição da pré-escola, diminuição de escolas de educação infantil, deputada Laura. A senhora esteve outro dia no Vale do Mucuri, não sei se visitou algumas escolas. Temos lá escolas que precisam de muito apoio; temos lá o Instituto Federal, que faz um belo trabalho, mas ainda precisa avançar muito; temos lá a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha, que ainda precisa ser empoderada. Nós temos tantos vídeos para mostrar a esse

colombiano com sotaque carregado, que é o nosso ministro. Nada contra os nossos irmãos latino-americanos, mas temos muitos vídeos para mostrar.

Aqui eu quero dizer aos nossos alunos, aos nossos professores, aos diretores das escolas deste país, das escolas de Minas Gerais, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que mandem vídeos para o Ministério da Educação, mandem o contracheque dos professores, que são alguns dos que menos ganham neste mundo. Mandem vídeos de escola sem merenda. Mandem vídeos mostrando a falta de merenda. Deixo claro mais uma vez que não estou aqui dizendo que isso é culpa desse governo. Mas precisamos mandar isso a ele, precisamos que veja essas coisas. Tantos falam de escola sem partido. Vamos mostrar escola sem professor, escola sem vigilante, escola sem muro, escola sem piso, escola sem porta, escola sem teto, escola sem dignidade para as pessoas ali estudarem e terem uma educação realmente digna. Vamos mandar isso. Do jeito que as escolas estão, se elas continuarem assim, aí sim vamos ter uma escola que não vai colocar os alunos na universidade. Foi o que ele mesmo disse há poucos dias, ou seja, que a universidade é só para uma elite. Mas também temos muitas coisas boas para mostrar, como a Comunidade de Alegre, em Januária, que tem uma escola quilombola que faz um trabalho maravilhoso de interação com o meio ambiente através da produção com a irmã Água e a irmã Terra. Poderiam mostrar isso.

Os institutos federais aprovam seus jovens no Enem. No Vale do Jequitinhonha nós tivemos jovens com nota 1.000 em redação no Enem. Já tivemos jovens da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri recebendo bolsas para fazer doutorado em universidades de renome fora do País.

Nós temos também coisas boas para mostrar.

Então, eu gostaria que essas escolas... E você, jovem, você, estudante que está me ouvindo... Aliás, eu sempre falo isso quando entro nas escolas. Isso não é de agora. Eu sempre falo quando entro nas escolas que devemos chamar os jovens, esses mesmos jovens que me chamam falando que o telhado está caindo. No nosso governo, eu também fazia isso, Virgílio. Eu falava o seguinte, deputado Raul: encaminhem vídeos, vamos mostrar a realidade, vamos mostrar a realidade da situação da escola. É importantíssimo termos o povo ao nosso lado para lutar, termos o povo ao nosso lado para nos empoderar, porque não fomos eleitos e colocados aqui para fazer para as pessoas, nós somos eleitos e colocados aqui para fazer com as pessoas. É importante fazer com as pessoas, e não para elas.

Espero que os nossos jovens, cada vez mais, se empoderem para que não tenhamos, em qualquer governo que seja, escolas nas situações que temos ainda hoje no nosso país, para que cuidemos mais do nosso pedaço de chão, para que cuidemos mais da nossa aldeia. É isso que eu espero que os nossos jovens façam e volto a pedir aos nossos jovens e professores. Eu perguntei ao deputado Guilherme o nome da secretária de Educação, porque eu tive um primeiro contato com ela.

Nós temos uma escola, deputado Guilherme, na cidade de Bandeira, a Escola Estadual João dos Santos Amaral. Eu estive lá, eu a visitei, e não é de agora, não, eu a visitei no ano passado e vou visitá-la nos próximos dias, se Deus quiser. Nós estamos na luta, porque essa escola, deputado, foi interditada no ano passado. As crianças não puderam assistir a aula na sala porque ela foi interditada. Onde elas foram assistir a aula no final do ano? Na quadra. E a quadra, Coronel Sandro, também foi interditada no final do ano passado. Elas não puderam nem ter prova lá no final do ano passado.

Eu fui recebido este ano pelo companheiro Hércules. A secretária chegou à sala, e me parece que as obras já vão começar. Então gostaria de agradecer. Mande o meu abraço a ela, o meu sincero abraço, o meu sincero agradecimento. Eu sou um deputado de oposição e fui lá e a procurei, junto com o diretor, e a escola já está prestes a ficar pronta. Se as obras não começaram esta semana, logo já estão começando. Então, deixo o meu sincero agradecimento.

Muito obrigado, presidente.

O deputado Raul Belém* – Sr. Presidente, caros colegas deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, boa tarde a todos. O motivo de vir a esta tribuna hoje, caros colegas, primeiro é falar sobre a audiência pública que tivemos ontem nesta

Casa. Quero cumprimentar a deputada Rosângela Reis, presidente da Comissão de Assuntos Municipais, e os deputados que também fazem parte dessa comissão pela audiência pública realizada; e ainda cumprimentar e parabenizar os prefeitos que estiveram aqui presentes, defendendo o direito de todos os prefeitos e cidadãos mineiros. É preciso entender que o prefeito representa os seus cidadãos, o seu município. Ontem estiveram aqui o prefeito de Betim, Vittorio Medioli; e o prefeito Julvan, presidente da AMM. Quero parabenizar o presidente da AMM pelo trabalho incansável que tem feito com essa associação, para que os municípios possam ser ouvidos e possam receber aquilo que de fato é de direito.

Estamos aqui, nesta Casa, há praticamente um mês, falando muito a respeito disso, mas não podemos nos cansar de falar desse assunto, porque ele precisa ser resolvido e não pode, de maneira alguma, ser protelado. Ontem o que dominou essa audiência pública, em primeiro lugar, foi o pedido dos prefeitos, que já estão cansados de fazer essa solicitação. E aqui faço a mesma solicitação, colegas deputados: que o governador possa revogar o decreto que foi feito pelo governo anterior, que possibilitou que o Estado, de uma forma cruel, de uma forma desonesta e desumana, se apossasse dos recursos dos municípios mineiros. Volto a dizer e vou falar aqui durante os próximos anos: é uma situação sem precedentes na história do País, deputado Virgílio.

O governador do Rio de Janeiro ficou devendo a funcionário, ficou devendo a fornecedor, mas nenhum governador teve a audácia de segurar aquilo que era dos municípios. Minas Gerais, deputado Betão, está quebrada de cabo a rabo e destruiu todo mundo. Os municípios não têm recurso, porque ele foi segurado pelo governo do Estado. E agora vejo que o desespero e a necessidade são tantos nos municípios que os prefeitos estão praticamente, deputado Virgílio, se contentando com o fato de o atual governador pagar o R\$1.000.000.000,00 de janeiro, que está devendo, e revogar o decreto. São R\$12.000.000.000,00 da gestão passada, mas os prefeitos estão assim. Precisamos receber R\$1.000.000.000,00 da gestão do governo Zema.

Então faço um apelo desta tribuna, um apelo ao governador e um apelo aos colegas do Novo: que o governo do Estado possa se sentar com esses prefeitos e fazer um acordo, para que esse R\$1.000.000.000,00 retido em janeiro seja pago às prefeituras. Ontem ainda disse na comissão que o que está acontecendo no Estado, como falta de medicamento nos municípios, com prefeitos que não conseguem pagar médicos e têm que dispensá-los, plano de demissão voluntária para que se possa conseguir arcar minimamente com o custeio do município, é que ele está praticamente morrendo. Está estourando barragem e morrendo 300 pessoas em um dia no Estado de Minas Gerais por falta desse recurso que está retido.

Ora, estou dando um exemplo, mas a coisa pode ser muito pior, porque só nós, que estamos nos municípios, sabemos o que eles estão passando. E nós não estamos vendo um norte. Até agora não encontramos uma proposta. Eu já disse aqui: que o governador use, que pegue os deputados estaduais, pegue os deputados federais e vamos fazer uma reunião de trabalho com o presidente da República, com o ministro da Fazenda para encontrar uma solução para Minas Gerais.

Ontem eu ainda vi, no noticiário, que alguns estados – 10 estados – poderão contrair financiamentos, como fez o Rio de Janeiro, que deu algo em garantia e fez financiamento com banco privado. E Minas Gerais e Rio Grande do Sul não estão nessa lista dos estados. Então é uma situação muito grave, e acho que o Estado não tem condição de andar sem resolver o problema dos municípios.

Primeira coisa: é preciso revogar esse decreto. Não há condição mais de empurrar essa situação com a barriga. É preciso revogar o decreto e se assentar com os prefeitos e falar: “Prefeitos, nós pagaremos esse R\$1.000.000.000,00 da seguinte maneira...” Já deu tempo suficiente para isso.

Outra razão por que também agradeço muito à Comissão de Assuntos Municipais é que haverá uma audiência nesta Casa com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais para tratar dos financiamentos contraídos pelos municípios. Que os municípios paralitem o pagamento desses empréstimos como uma forma de contribuição, como uma forma de ajudar o governo do Estado a pagar essa dívida gigantesca.

Então quero aqui sugerir ao governo do Estado que ele seja devedor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, e que os municípios abatam a sua dívida no crédito de ICMS. Isso é muito justo, porque, quando o município contrai empréstimo com o BDMG, a garantia que o município dá é o ICMS, e o ICMS já está lá retido com o governo do Estado, deputada Andréia. Então é muito justo que o governo do Estado fique devendo ao BDMG, e não ao povo mineiro, porque, quando falamos de município, estamos falando do povo mineiro. É muito melhor o Estado dever ao Banco de Desenvolvimento do que dever ao município. Então vamos fazer esse encontro de contas. Está mais do que na hora. Vamos começar a dar resolução para as coisas.

“A reforma administrativa está aqui e tal...” É muito pouco. “A questão da Previdência foi encaminhada ao Congresso Nacional.” Ainda assim é pouco. “A dívida com a União, vamos fazer uma renegociação...” Já faz seis meses que não pagam a dívida, e é pouco. Assim mesmo é pouco. Daqui a uns dias chegará uma proposta nesta Casa para mandar 70 mil funcionários embora. Ninguém me falou isso, estou falando que é uma previsão. Vão falar: “Nós nos rendemos, não há como, vamos mandar 70 mil embora, vamos mandar 15% dos servidores públicos embora”. Então, para que isso não venha a acontecer, nós precisamos de um plano de ação para o Estado de Minas Gerais.

Protocolo um projeto de lei na Casa, Sras. e Srs. Deputados, que dispõe sobre a não incidência tributária para aquisição de veículos automotores para uso no transporte escolar, desde que esses veículos sejam adquiridos dentro do Estado de Minas Gerais. Aí, de repente, falam que o deputado está querendo que paguem, mas está querendo isenção de mais impostos do Estado de Minas Gerais. Gente, não é nada disso. Nós precisamos e estamos aqui, todos nós, representando o povo de Minas Gerais. Então, existem algumas injustiças que nós precisamos corrigir, como existem gastos absurdos que são realizados pelo Estado, que nós também estamos aqui para corrigir. Estou estudando, dia e noite, a reforma administrativa, para podermos contribuir com o Estado.

Agora, você pensar que o taxista – não tenho nada contra, muito pelo contrário, adoro os taxistas e considero que exercem uma função muito nobre – e a locadora de veículos têm direito a isenção de impostos, e isso facilita a compra de seu carro depois... Aí, meu caro amigo, deputado Fernando Pacheco, um “vanzeiro”, que está lá na zona rural, entrando naquelas estradinhas, carregando 10, 15 crianças, fica lá 1 ano, 2 anos, 3, 4, 5, 6, 7 anos. Aí, vem um novo processo licitatório, deputado Heli, falando que as vans devem ter 7 anos de uso. Como é que esse coitado compra uma van para continuar o trabalho dele? E eles estão prestando um serviço da maior grandeza que existe, que é dar oportunidade para os nossos meninos terem acesso à escola, deputada Beatriz. Isso é um direito constitucional, o de todos terem acesso às escolas. E assim é por todos os 853 municípios de Minas Gerais. Aí, falam assim: “Ah, a van do fulano está caindo aos pedaços. Ele não pode entrar mais na concorrência”. Isso está acontecendo na minha cidade. Está acontecendo na minha cidade! Chegam esses 105 pais de família, que prestam serviço de transporte escolar na cidade... E agora estão fazendo uma nova licitação lá, e eles não servem mais para o município. “Ah, eles não servem mais porque a van tem mais de sete anos de uso”. Como é que eles vão comprar uma van nova? Como? Esse povo paga o combustível, paga o conserto da van. Entram nas piores estradas, porque os municípios não estão tendo dinheiro para fazer manutenção das estradas. E esse povo vai trabalhando, carregando crianças e, de repente, simplesmente escutam: “Tchau, muito obrigado, até aqui foi bom demais”. Nós não podemos aceitar isso. E esse projeto de lei, deputado Virgílio, é para corrigir essa injustiça.

Presidente, quero, rapidamente, no meu tempo que falta...

Só vou ler a justificção do projeto. (– Lê:) “O Brasil é um país sazonal, com uma das maiores malhas rodoviárias do mundo. Nesse contexto, o transporte escolar se presta a garantir a segurança de crianças e adolescentes, conferindo tranquilidade a seus pais, ao possibilitar o acesso de estudantes às escolas de todos os níveis de ensino em todo o Brasil. Nesse especial aspecto, trataremos de trazer benefícios parecidos com os de proprietários de locadoras de veículos, motoristas de táxi e algumas pessoas físicas com necessidades especiais. Revela-se importante asseverar que esses transportadores dos nossos maiores tesouros, que são as nossas crianças, muitas delas com necessidades especiais, necessitam possuir veículos modernos, atualizados e que tragam segurança

e conforto ao futuro do Brasil e do nosso estado. Essa iniciativa é um instrumento relevante de garantia de permanência e de exercício do direito à educação, cláusula pétreia constitucional e motor do desenvolvimento social e econômico dos países mais desenvolvidos.

Quanto à atividade econômica, é uma prestação de serviços altamente pulverizada, desenvolvida prioritariamente por motoristas autônomos, proprietários de peruas ou micro-ônibus, adaptados às exigências regulamentares para esse tipo de transporte essencial ao acesso à educação.

Diferentemente dos veículos automotores destinados a transporte de passageiros nos serviços de táxi, por motoristas autônomos ou reunidos em cooperativa, isentos de ICMS, o veículo destinado exclusivamente ao transporte de escolares é onerado plenamente pelo referido imposto.

A isenção do ICMS facilitará a aquisição de veículos novos pelos motoristas responsáveis pelo transporte de estudantes, permitindo a renovação da frota e, conseqüentemente, a melhoria da segurança dos usuários, fomentando o crescimento dessa atividade de trabalho e permitindo que esses profissionais atualizem suas frotas e exerçam os seus ofícios de maneira digna, possibilitando que continuem a contribuir com o transporte escolar de nossas crianças e nossos adolescentes. Pela gratidão a tão nobre atividade, tomamos essa iniciativa.”

Como forma de proteger o Estado...

Em relação ao gasto, Sr. Presidente, estamos propondo nesse projeto que todos os veículos sejam comprados dentro do Estado de Minas Gerais, para que o Estado tenha receita. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 23/2/2019, que nomeou Fernando Marangoni, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Liberdade e Progresso, vice-líder deputado Delegado Heli Grilo;

exonerando Jorge Ramiro Prado, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Marilda Gabriela Lima Carvalho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Tânit Jorge Sarsur, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Airam Max Caldeira, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Gustavo Ferreira Cândido, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Gustavo Savoi Diniz, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando João Benedito de Carvalho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

nomeando José Paulo Gimenez Resende, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Regiane Guissoni Dutra, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Tânit Jorge Sarsur, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Liberdade e Progresso, vice-líder deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Vanessa Cristina de Araujo Menezes, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, assinou os seguintes atos:

exonerando Guilherme Wagner Ribeiro do cargo em comissão de recrutamento limitado de secretário-geral da Mesa, símbolo S-01, código AL-DAS-3-02, do quadro de pessoal desta Secretaria;

nomeando Luíza Homen Oliveira para o cargo em comissão de recrutamento limitado de secretário-geral da Mesa, símbolo S-01, código AL-DAS-3-02, do quadro de pessoal desta Secretaria

Nos termos do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.198, de 21/5/2001, e 5.495, de 12/2/2015, assinou os seguintes atos:

exonerando Luíza Homen Oliveira do cargo de secretário-geral adjunto da Mesa, padrão S-02, código AL-DAS-2-04;

nomeando Eliziane Maria de Sousa Oliveira Esteves para o cargo de secretário-geral adjunto da Mesa, padrão S-02, código AL-DAS-2-04.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 1/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Multimídia S.A. Objeto: prestação de serviços de acesso à internet. Objeto do aditamento: prorrogação do contrato por seis meses ou até o término de procedimento licitatório. Vigência: seis meses a partir de 1º/3/2019 ou até o término do procedimento licitatório para a realização de novo contrato com o mesmo objeto, se ocorrer antes desses seis meses. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 12/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ArteBrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão da nova Convenção Coletiva de Trabalho de 2019, do aumento do salário mínimo e da majoração do valor das tarifas do serviço de transporte suplementar de passageiros do Município de Belo Horizonte. Vigência: a partir de 1º/1/2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009 - 3.3.90-10.1.